



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública Preliminar sobre o empreendimento “Usina Termelétrica Carioba II”, de responsabilidade de Intergen do Brasil Ltda., realizada em 10 de agosto de 2000, em Americana.

Realizou-se no dia 10 de agosto de 2000, às 19h00, no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza/Ceetes- Escola Técnica Estadual Polivalente de Americana, localizada na Av. Nossa Senhora de Fátima, 567, Centro, Americana, a Audiência Pública Preliminar sobre o empreendimento “Usina Termelétrica Carioba II”, de responsabilidade de Intergen do Brasil Ltda. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, anunciou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Deputado Ricardo Tripoli – que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo -, saudava e dava boas-vindas a todos que haviam comparecido e passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazerem parte, representando o Consema, o conselheiro Mohamed Habib, escolhido entre os conselheiros presentes, e, representando a Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais-CPRN, seu assistente-executivo, Sérgio Roberto. Em seguida, depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Del. Consema 50/92 para condução de audiências públicas, passou a palavra ao representante do empreendedor, Oswaldo Benedito Feltrim, que ofereceu os seguintes esclarecimentos sobre o empreendimento: tratar-se de uma usina termelétrica, movida a gás, com ciclo combinado de 945 *megawatts*, considerada ambientalmente uma energia limpa, que supriria, no menor prazo possível, a demanda do mercado consumidor, considerando-se que outras fontes de geração de energia se encontravam praticamente esgotadas; possuir este tipo de empreendimento vantagens em relação aos demais que tinham a mesma finalidade, entre elas, sua proximidade dos grandes centros de consumo, o que reduziria os custos e incrementaria a economia nacional; ser a comunidade local beneficiada com a preferência que lhe seria dada quando da contratação da mão-de-obra e com a sua capacitação tecnológica; ser a CPFL a melhor distribuidora de energia do País, o que foi constatado através de pesquisa que abrangeu duzentos e trinta e quatro Municípios e oito milhões de pessoas; serem a Shell e a Intergen as outras empresas responsáveis por esta usina, sendo a primeira a maior produtora privada de gás do mundo e, a segunda, uma empresa com vasta experiência, com capacidade de geração de aproximadamente 12 mil *megawatts*, praticamente doze vezes o que produzirá a usina a ser implantada, e cujo funcionamento se caracterizava pela superação positiva das metas e dos padrões ambientais exigidos; nortear a ação dos empreendedores essa política de superação dos padrões ambientais mínimos, de saúde e segurança locais e internacionais; constituir essa audiência pública a primeira oportunidade de se compartilhar o projeto dessa unidade com a comunidade, projeto esse que tinha como principal desafio a escassez de recursos hídricos decorrente do grande desenvolvimento econômico do Estado, o que impedia a instalação de novas hidrelétricas; ter a sociedade local ganho competência e capacidade crítica, o que fazia com que só fossem aprovados projetos bem-estruturados; ser um dos compromissos dos empreendedores com a comunidade tornar esse projeto uma referência, motivo por que estabeleceu contatos com o Consórcio e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, com a ANEEL e a Eletrobrás e criou conselho consultivo com a participação de vários segmentos da sociedade local; terem os empreendedores se comprometido em gerar impactos positivos através do reúso da água; terem revelado os estudos preliminares que o incremento de poluentes a ser produzido por essa usina estaria abaixo dos padrões aceitos nacional e internacionalmente; apresentar baixo nível o ruído produzido pela tecnologia que seria utilizada; ser



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

o uso da terra otimizado em virtude da localização do empreendimento; dever ser implantado, no prazo de quinze dias, um programa de comunicação, que, com compromisso com a realidade, realizaria debate visando esclarecer a comunidade e minimizar o poder de manipulação que se tornava possível com a veiculação de informações infundadas. O Eng^o Alderico José Marchi, representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, teceu considerações sobre a metodologia proposta pela empresa de consultoria para desenvolver o EIA/RIMA; sobre a não-implantação do empreendimento caso o EIA indicasse sua não-adequação ao local escolhido; sobre o compromisso com a comunidade, declarado pelo Plano de Trabalho, de o empreendimento não provocar impactos negativos no ar e na água e nem tampouco na esfera sócio-econômica; sobre os contatos que vinham sendo mantidos com diversos segmentos da comunidade, antes de se iniciar o processo de licenciamento, e o posicionamento deles sobre aquilo que consideravam que o projeto deveria contemplar; sobre a localização do empreendimento ao lado do Rio Piracicaba, junto ao perímetro urbano da cidade de Americana; sobre o reúso que a usina fará da água e a pretensão de se desviarem os efluentes da estação de tratamento de esgoto de Americana para serem utilizados pelos sistemas de resfriamento da usina, com a devolução daquilo que não for evaporado; sobre a possível utilização do Lago de Salto Grande como um elemento regulador nos períodos de estiagem no leito do rio; sobre a disposição dos empreendedores de participarem de programas que viessem, efetivamente, contribuir para o aumento da disponibilidade de água no Rio Piracicaba; sobre a garantia, pelos equipamentos instalados, da qualidade do ar com a manutenção de padrões adequados de emissão; sobre a disposição do empreendedor em reverter a Usina Carioba I para gás natural, o que colocaria as emissões de óxido de nitrogênio dentro de níveis aceitáveis para a região, gerando um balanço positivo na qualidade de vida local; sobre o monitoramento da qualidade do ar da região desde o mês de janeiro, em virtude da escassez de dados a esse respeito na região. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema. O representante Augusto César Gandolfo teceu as seguintes considerações: que o governo brasileiro pretendia implantar quarenta e nove usinas termelétricas com geração a gás em todo país; que a realização dessa audiência apresentava alguns problemas, entre os quais o de ser muito pequena a sala onde estava sendo realizada, obrigando a maioria dos participantes a assisti-la, do lado de fora, através de um telão; que representantes de empresas tinham sido inscritos para falar na etapa reservada à sociedade civil e que representantes das entidades ambientalistas cadastradas no Consema vinham sendo alijados desse processo de avaliação por ter sido anulada sua eleição, o que poderia imprimir um vício a essa audiência; que passava a ler uma missiva encaminhada ao Secretário Executivo do Consema: “Americana, 10 de agosto de 2000. Ilustríssimo Sr. Dr. Germano Seara Filho, M. D. Secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Estado de São Paulo. Os signatários, *in fine* assinados e devidamente qualificados, com fulcro no Código de Processo Civil Brasileiro, em seus artigos 867 e seguintes, sob o manto das Constituições Federais e Estaduais, vêm apresentar notificação para reserva de direitos e reparação de danos, para que V. Sa. fique notificado, cientificado, sobre os eventuais desdobramentos da ilegalidade em realizar essa audiência pública preliminar sobre o empreendimento Usina Termelétrica Carioba II, de responsabilidade de Intergen do Brasil Ltda., assumindo o ônus da continuidade desse ato lesivo ao patrimônio coletivo ambiental, sob pena de ter que responder e reparar os danos decorrentes, individualmente ou em concurso de agentes públicos, da administração direta do Estado de São Paulo. Como é do conhecimento de V. Sa., até o presente momento o Egrégio Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo está acéfalo da representação ambientalista, por mero talante



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dessa Secretaria Executiva e da Presidência do Consema. Esses atos ilegais e arbitrários só denotam uma prática *manus militares* em gerir coisa pública, pois há dois meses o Consema está acéfalo da representação ambientalista, prejudicando os trabalhos desse Egrégio Conselho. Assim, diante desses fatos, V. Sa. fica notificado e cientificado sobre as flagrantes e relevantes ilegalidades que cerceiam essa audiência pública. Podendo, em querendo, corrigir antes que se consumam tais atos, avisando e dando ciência aos proponentes do projeto. Atenciosamente. (assinatura) Seguem-se dezessete assinaturas e dois ofícios anexados”. Manifestou-se Paulo Jorge Moraes Figueiredo, que teceu as seguintes considerações: que, como especialista na área ambiental, trabalhando a 10 quilômetros do pretendido empreendimento, tivera a intenção de fazer uma explanação a respeito dessa termelétrica, o que, no entanto, tornara-se inviável diante da carência de dados técnicos na apresentação feita pelos empreendedores e pela equipe consultora; que se sabia que essa usina queimaria gás, mas não se sabia se só queimaria esse combustível e que, no caso de se utilizá-lo como único combustível, se ficaria absolutamente dependente da ocorrência de qualquer problema na sua rede de distribuição; que, em relação à metodologia utilizada, possuía algumas ressalvas, principalmente no que dizia respeito aos levantamentos regionais e à caracterização do cenário, que deveriam ser bastante rigorosos do ponto de vista científico e amplamente discutidos com a população; que de nada adiantava uma amostragem da concentração de poluentes referente a alguns meses apenas, se fazendo necessária uma série histórica para se avaliar adequadamente, particularmente o que dizia respeito aos poluentes gerados por esse tipo de instalação, que se modificavam com as distâncias, com o clima, com as estações do ano, com a umidade do ar e com outras características regionais; que, assim sendo, como não havia embasamento para se discutir com profundidade a questão técnica, contaria uma história a respeito da situação um tanto surrealista que se estava vivendo, em que alguém, no caso ou a Intergen ou a Shell, desembarcou na região anunciando que pretendia implantar uma fábrica de energia elétrica, embora estivesse ciente de que a região se encontrava absolutamente degradada e com problemas sócio-ambientais; que, a despeito de o empreendedor ser uma multinacional, com sede fora do Brasil e de nunca ter navegado nos rios regionais, ele sabia ler e teve acesso aos documentos oficiais que caracterizavam a região e seus problemas; que, a despeito desse conhecimento, ele perseguiu seu único objetivo, que era se utilizar da livre iniciativa para fazer essa proposição locacional, a de se instalar em Americana, viabilizar qualquer projeto sem justificativa, fabricar energia elétrica e obter lucro; que, para isso, ele contratou um grupo de especialistas que vinha agindo há duas semanas em Americana, publicando matérias em jornais, montando assembléias e discursos, abordando desde o simples cidadão até os políticos locais com estratégias diferenciadas, o que caracterizava o comportamento de quem tentava empurrar um produto ruim e demonstrar sua viabilidade política em troca de financiamentos; que todos estavam fazendo parte de um jogo para a montagem de um dossiê que permitisse que o empreendedor saísse com o seu chapéu coletando dinheiro dos organismos internacionais privados ou nacionais públicos; que outra questão importante a ser levantada referia-se ao uso das águas do Rio Piracicaba, pois qualquer retirada de água ou de efluente tratado poderia representar a morte absoluta desse rio; que, de acordo com os dados apresentados, a captação média prevista para esse empreendimento era de 1 mil e 200 metros cúbicos por hora, suficientes para o abastecimento de uma cidade com 140 mil habitantes; que deste montante seriam evaporados cerca de 825 mil metros cúbicos por hora e que essa água não voltaria mais ao rio; que, com relação à questão do ar, a fábrica de energia elétrica, ou seja, a termelétrica em questão não poderia ser confundida com nenhuma outra indústria, pois se tratava da maior fonte de poluição da região, com queima de gás natural e de outros combustíveis de reserva; que a geração de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

produtos de combustão desta instalação era da ordem de cinco a seis mil toneladas por hora, o que certamente acarretaria uma piora da qualidade do ar de toda região, gerando o agravamento de doenças respiratórias nos habitantes locais; que havia notado omissões deliberadas ou ausências no RAP, como a não-previsão de espaço para bacias de decantação e de tratamento e a referência a apenas uma pequena instalação de desmineralização de água; que era impensável num empreendimento deste porte a não-previsão de um sistema de tratamento adequado; que, de acordo com o RAP, não haveria queima de combustível de reserva, gerando dúvidas quanto à confiabilidade do projeto; que, se acrescentando essa nova fonte de poluição, em nada se estaria favorecendo a região; que o argumento de risco de ocorrência de *blackout* seria facilmente derrubado quando a Usina de Porto Primavera, que possuía quatro turbinas funcionando, passasse a operar com toda carga, isto é, com as catorze turbinas com as quais havia sido projetada; que na verdade nunca houve planejamento energético brasileiro e, sim, planos direcionados por políticos para as grandes empreiteiras se beneficiarem; que reiterava o pedido de que do EIA/RIMA constasse um detalhamento técnico de todos os aspectos do empreendimento e que, mesmo se ele demonstrasse ser o mais moderno, não se sustentaria ambientalmente. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. José Roberto Miranda, representante da Embrapa, fez os seguintes comentários: que, a partir da análise do Relatório Ambiental Preliminar-RAP, a preocupação seria com o processo de geração de energia, que poderia trazer efeitos positivos e negativos; que não foram considerados, pelo menos por hora, os aspectos cumulativos da geração de poluentes; que seriam promovidas grandes mudanças no uso das terras, gerando a valorização de certos setores e transformações no meio rural, sobretudo para os produtores, que teriam suas terras marginalizadas; que as terras que deviam ser preservadas eram fundamentais para a manutenção da vegetação, da flora e da fauna nativas; que as questões relativas ao uso das terras deveriam ser monitoradas precocemente e que colocava à disposição de todas as entidades interessadas os dados gerados através de monitoramento de satélites. Carlos Eduardo Brésia, representante da Comgás, teceu as seguintes considerações: que a Comgás era responsável pela distribuição do gás natural na região de Americana, um combustível ecologicamente correto e fundamentalmente seguro; que as emissões da maioria das indústrias que o vinham utilizando apresentavam reduções significativas de SOx, NOx, CO2 e praticamente livre de particulados; que a estratégia do governo brasileiro no setor de energia apontava para a evolução dessa matriz em cerca de 12% nos próximos dez anos; que a necessidade térmica era óbvia, bastando verificarem-se os níveis dos reservatórios hídricos cada vez mais escassos. Gustavo Villaça Figueiredo, vinculado à Betz Dearborn, fez os seguintes comentários: que, na condição de especialista em tratamento de águas industriais e domésticas, esclarecia que, com relação à disponibilidade, tratamento de água e condições do rio, os produtos químicos que seriam usados pelo empreendedor não agrediriam o meio ambiente; que uma parcela da água usada evaporaria para a atmosfera e, depois, retornaria, sob a forma de chuva, ao leito da Bacia Hidrográfica do Piracicaba, não havendo nenhum dano ambiental; que o sistema de refrigeração propiciaria uma redução na descarga de poluentes, significando um benefício para o meio ambiente. Rafael Cervone Neto, vinculado ao CIESP, teceu as seguintes considerações: que o aumento da demanda de energia vinha sendo maior que o crescimento do PIB e o que se buscava era o desenvolvimento sustentável da região; que esse projeto deveria ser desenvolvido com o aprofundamento de todos os seus aspectos importantes; que a água era fundamental e deveria buscar-se o melhor aproveitamento desse recurso cada vez mais escasso; que, apesar de as termelétricas serem a solução encontrada pelos países desenvolvidos, isso não significava que elas fossem também



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

a solução para o problema energético brasileiro. Ademar Ribeiro Romero fez as seguintes colocações: que falava como articulador informal de um grupo de pesquisadores da Unicamp que colaborava para avaliação do projeto; que existia uma minuta de convênio elaborada pela Unicamp e pelo empreendedor, cujas cláusulas foram bastante discutidas e que incluíam salvaguardas para garantir a isenção e a independência da universidade; que atualmente esse convênio encontrava-se na reitoria para análise final e, enquanto isso, o grupo vinha-se reunindo, mas ainda não havia coletado elementos suficientes para tomar alguma posição. Alejandro Dorato teceu os seguintes comentários: que representava o Fórum das Entidades Ambientalistas de Campinas e reiterava que o Relatório Ambiental Preliminar-RAP e o Plano de Trabalho eram realmente muito superficiais, não contendo dados suficientes para se formar uma opinião definitiva sobre o empreendimento; que, entre outros dados, o EIA deverá conter uma clara definição das diferentes escalas cartográficas que foram adotadas para delimitar as áreas de influência direta e indireta; que deverão também ser utilizados mapas temáticos para os estudos do meio biológico e, assim, se detectarem os principais impactos; que a caracterização dos ecossistemas terrestres e aquáticos demonstrava um grande desequilíbrio entre a análise da cobertura vegetal e da fauna que lhe era associada e os ecossistemas aquáticos; que o estudo dos ecossistemas terrestres não contemplava nem propunha a detecção, a qualificação e a quantificação dos diferentes grupos invertebrados terrestres nem a associação desses grupos com os corredores faunísticos; que, com a mudança do uso e da ocupação das terras, o meio biológico sofreria uma grande influência, motivo por que deveriam ser identificados e mapeados todos os remanescentes de vegetação nativa ou em reconstituição - várzeas, banhados, lagoas, campos, e suas áreas de influência; que deveria ser elaborado um plano de informação cartográfica que contivesse os *habitats* faunísticos presentes e associados nessas unidades à vegetação, contemplando a sazonalidade, os hábitos das espécies, tanto diurnos como noturnos, e as estratégias de captura e de reposição, evitando-se impactos negativos sobre esse recurso natural; que, com relação aos recursos hídricos, o EIA deveria apresentar alternativas que mostrassem a efetiva viabilidade hídrica do empreendimento, dando margem a escolhas relacionadas com medidas mitigadoras e compensatórias e, sobretudo, com a participação da sociedade; que todas as questões levantadas deveriam ser abordadas pelo EIA, para que, na próxima audiência pública que discutirá esse estudo, daqui a um ano, não se tivesse que partir de novo da estaca zero. Eunice Pimenta, vinculada à Sociedade Amigos do Bairro Parque das Nações e Morada do Sol, teceu os seguintes comentários: que os moradores do bairro haviam elaborado um questionário para ser respondido pelos empreendedores, considerando que esse bairro seria afetado diretamente, em virtude da vizinhança do local escolhido para a termelétrica; que solicitava esclarecimentos sobre a disponibilidade dos recursos hídricos e a demanda por ele tanto por parte da usina como da população e a existência ou não de alguma proposta de compensação para os Municípios; sobre a quantidade de água que seria retirada do rio e como ela seria compensada e, caso fosse devolvida, se seria tratada ou qual grau de pureza possuiria; sobre a instalação ou não de sistema de oxigenação da água e a ocorrência ou não de mudanças no sistema de represamento da Usina Salto Grande; sobre a propagação do ruído - se ela ocorreria ou não - e a qual distância da usina ele poderia ainda ser ouvido; sobre o sistema de enclausuramento da turbina e se ele apresentava riscos à saúde; sobre a ocorrência ou não de vibração no solo e a qual distância ela poderia ser percebida; sobre o tipo de gás que seria produzido e o percentual lançado para a atmosfera; sobre a instalação ou não de equipamentos de controle dos poluentes e seu monitoramento; sobre mecanismos contra a desvalorização dos imóveis. André Luis Romi, vinculado à empresa Romi S.A., teceu as seguintes considerações: que havia necessidade de fontes energéticas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

adicionais e que a iniciativa dos empreendedores que desejavam investir na região não poderia ser desprezada, desde que fossem tomadas as medidas adequadas de proteção ao meio ambiente. Neli U. Girardi, vinculada à Escola Professora Niomar Mattos Globo Amaral Gurgel, fez os seguintes comentários: que diversas pessoas vinham sentindo um aumento repentino de poluição no ar, justamente quando estavam sendo instaladas estações de monitoramento pelo empreendedor, e que indagava se se tratava apenas de uma coincidência; que a Regional da Cetesb em Americana não tinha conhecimento do local onde ficariam instalados os medidores, nem até quando ficariam; que deveriam ser oferecidas informações sobre a previsão ou não de aumento no custo da energia elétrica; que, se o projeto for aprovado, sugeria ao empreendedor que, em parceria com as prefeituras locais e as indústrias envolvidas, promovessem a despoluição, tanto do Ribeirão Quilombo como de seus afluentes, e que os esgotos fossem captados e canalizados até a estação de tratamento final. André Guimarães, vinculado ao Núcleo Intradisciplinar de Estudos de Meio Ambiente, Energia e Sociedade, teceu os seguintes comentários: que, como um dos interlocutores do Fórum das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema junto à Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente, teceria algumas considerações: que estranhava o fato de essa termelétrica ser mais um empreendimento a ser implantado na região; que o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá elaborou recentemente o Relatório Zero, que continha dados que deveriam ser levados em consideração; que um desses dados esclarecia que o ponto mais crítico dessa bacia situava-se no Baixo Jaguari, no Alto e Baixo Piracicaba; que os Relatórios de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo editados pela Cetesb evidenciavam o mau estado sanitário dos principais rios, o que comprovava significativo lançamento de esgotos domésticos não-tratados e também de esgoto industrial; que, de acordo com o cadastro de usuários do DAEE, a demanda atual chegava a aproximadamente 42,60 metros cúbicos por segundo; que o Comitê de Bacias não poderia deixar mais um empreendimento ser discutido isoladamente quando o próprio Relatório Zero da bacia apresentava dados alarmantes; que a Secretaria do Meio Ambiente, apesar de ter conhecimento de que o estudo que vinha sendo realizado para analisar a capacidade de suporte da região não fora concluído, continuava, de forma descuidada e irresponsável, aprovando a implantação de empreendimentos numa região bastante crítica em termos hídricos e atmosféricos. Márcia Correia, vinculada à Sociedade Protetora da Biodiversidade das Espécies, fez os seguintes comentários: que havia sido apresentado apenas um trabalho de *marketing* da empresa que pretendia implantar de qualquer maneira uma termelétrica nessa bacia; que havia participado das audiências referentes a outra termelétrica, a TPP, e que ninguém sabia o que aconteceu com este empreendimento, se havia ou não sido dada a ele continuidade e que era um absurdo se estar discutindo mais uma termelétrica na mesma bacia hidrográfica; que os ambientalistas não tinham condições de competir com um projeto de 900 milhões de dólares, mas que estavam indo de cidade em cidade, esclarecendo a população que vinha sendo assediada pelos empreendedores das mais diversas formas sobre os malefícios que as termelétricas poderiam ocasionar onde fossem instaladas; que perguntava até quando seria realizado este tipo de audiência pública, na qual não era apresentado nada, ou melhor, na qual se procurava mostrar apenas os aspectos positivos dos empreendimentos, e que, na verdade, no caso desse empreendimento, não existiam impactos positivos e, sim, impactos ambientais seríssimos; que, com o objetivo de denunciar esse tipo de empreendimento, estaria presente em todas as audiências, embasada em informações e estudos técnicos de professores da Unicamp, da Unesp e da Unip e de profissionais da área de energia e meio ambiente; que protestava contra o fato de o Consema não ter dado posse aos representantes das entidades ambientalistas que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

foram eleitos democraticamente. Carlos Alberto da Silva, representante do Centro de Estudos de Defesa da Cidadania, depois de declarar solidariedade aos ambientalistas que participavam desta audiência pública, comentou que, nos dias que corriam, era muito difícil ser contrário à implantação de um empreendimento de milhões de dólares, embora a população não pudesse trocar sua saúde por alguns empregos que a usina geraria; que as informações apresentadas pelo empreendedor eram tão superficiais que o faziam desconfiar que poderia tratar-se de uma jogada de *marketing*, e perguntava: se não ocorreriam impactos negativos, como afirmaram os representantes do empreendimento, por que, então, seriam apresentadas medidas mitigadoras e compensatórias? Marcelo César Pedro, vinculado à Unimep, comentou que o empreendimento funcionava como uma panela de pressão que era vendida por um vendedor estrangeiro com a promessa de que nela poderiam ser cozinhados, ao mesmo tempo, diversos alimentos; que, em virtude dessa promessa, a dona-de-casa deixou o vendedor entrar em sua casa e cozinhar nessa panela, ao mesmo tempo, batatas, feijão e uma lata de doce; que, passados alguns minutos, o vendedor foi embora, a água da panela secou e ela explodiu na cara da cozinheira; que esta era a mensagem de indignação que o Centro Acadêmico de Biologia da Unimep enviava à população local, que deveria dizer ao empreendedor que não o autorizava a entrar em sua cidade. Roberta Graf, vinculada ao Instituto Ambiente Total de Campinas, depois de convidar todos os presentes para o seminário "Consequências dos Grandes Empreendimentos na Região", que se realizaria no dia 23 de agosto na Unimep de Piracicaba e abordaria diversos assuntos, como as termelétricas, as barragens, os grandes empreendimentos e os loteamentos e desmatamentos por eles provocados, comentou que a atual gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso era marcada pela falta de exercício da democracia, o que obrigava a população a engolir empreendimentos como esse e cometer, assim, erros graves de planejamento; que a energia chegaria bem mais cara para o consumidor; que poluentes como o NOx nunca foram monitorados pela Cetesb e que a emissão desse poluente equivaleria a 40% daquela verificada no Município de Cubatão; que o empreendedor afirmava que os níveis de poluição da região eram baixos, mas que o Relatório Zero, o único relatório competente e confiável, dizia justamente o contrário; que o gás não era uma energia limpa; que as indústrias não confiavam no Governo a ponto de trocarem o óleo que consumiam pelo gás natural, o que obrigava o governo a vender esse gás para as termelétricas estrangeiras; que a empresa que elaborava o EIA/RIMA deveria ser independente do empreendedor, mas que havia notado que isso não estava acontecendo. Paulo Bachin, vinculado à Associação Pró-Ambiente de Santa Bárbara, teceu as seguintes considerações: que sua grande alegria era ver o povo envolvido em um movimento como esse, porque essas diferentes informações colocadas não iriam convencer ninguém e que, assim como se havia barrado a termelétrica de Paulínia, também essa termelétrica não vingaria em Americana, custasse o que custasse; que não perdia uma reunião sobre meio ambiente na região e, com recursos próprios, se fazia sempre presente coletando informações imprescindíveis, porque lutava para que a sociedade local saísse vitoriosa dessa luta, como havia saído na luta contra a termelétrica de Paranaguá, pois, como advertira o jornal a *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 21 de maio último, a Usina Carioba II poderia causar dano ambiental na Bacia de Piracicaba; que as informações que vinham sendo oferecidas eram modificadas em cada reunião, pois, em uma delas, se dizia que essa usina produziria um certa quantidade de energia, e numa outra reunião, se declarava que se produziria outra quantidade, e, em uma oportunidade, se dizia que ela contaria com um determinado número de turbinas e, em outra, se afirmava que o número de turbinas era outro; que, daqui a pouco, haveria uma retaliação, colocando-se na usina carvão ativado para matar todo mundo de câncer; que perguntava por que não se instalava essa usina no Primeiro Mundo; que retirar do Rio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Piracicaba 1.200 litros de água por segundo era anedota, era piada, pois o rio já estava morto; que essa água que se dizia que retornará para o rio já estará morta, fervida, não sendo, portanto, adequada para os peixes, não alimentando a natureza, não servindo para nada, pois não terá oxigênio; que, pelo contrário, se precisava de qualidade de vida, e não de crescimento; que, se essa usina for implantada, muita gente perderá o sono, pegará a cama nas costas e largará sua casa por 10 mil reais, uma vez que as turbinas dessa usina eram semelhantes às aquelas utilizadas por avião a jato, que, ao levantar vôo lá em Viracopos, fazia com que quase se perdesse a audição. Elvis Molina, vinculado ao Conselho Municipal de Saúde do Município de Americana, comentou todos os danos causados pela usina Carioba I, entre eles, os que levaram as pessoas que moravam próximo dela a se afastar, pelo fato de terem adoecido de bronquite, asma, e outras enfermidades semelhantes, além das rachaduras que provocou em suas casas, o que ia de encontro ao sossego que essas pessoas haviam buscado quando edificaram suas residências nesse local; que era isto que fazia com que a maioria delas fosse contrária à implantação da usina Carioba II. O Eng^o Batista Franciscangelis, presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Americana, teceu os seguintes comentários: que sua entidade não estava preocupada somente com a cidade de Americana, mas, sim, com a região, e que, quando se falava sobre sistema energético, quando se falava sobre usina termelétrica, tinha que se pensar na região, que se perguntar o que se pretendia para a região; que saía bastante frustrado dessa primeira reunião pela pouca informação transmitida pelo empreendedor, pois os únicos esclarecimentos sobre os aspectos técnicos do empreendimento foram fornecidos pelos professores-doutores e alguns membros de outras entidades que realmente conheciam a área e conheciam sua situação, em relação à qual a associação que representava não estava alheia; que, em virtude da falta de informação constatada, convidava a todos para que no dia 20 de setembro, nesse mesmo auditório, às 19 horas, comparecessem à palestra que sobre esse empreendimento será realizada. Sérgio Pazera, vinculado ao Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, teceu os seguintes comentários: que o problema da água da região era visual e que os estudos tinham de ser realmente bastante consistentes, para mostrar de onde vinha a água para operar a Usina Carioba II; que os técnicos do consórcio estavam muito preocupados, nesse momento, não só com o empreendimento Carioba II, mas com o grande movimento formado pelo conjunto de empreendimentos programados para a região, sem nenhum planejamento regional, o que realmente deixava todos muito preocupados já que a região de Campinas era muito conturbada, possuindo inúmeros problemas; que dados ainda bastante elementares apontavam para a chegada de algo em torno de 15 ou 16 mil imigrantes por mês; que dados fornecidos pela Cetesb, por exemplo, mostravam que essa região vinha licenciando mais empreendimentos do que a RMSP, o que reforçava a necessidade de um planejamento regional; que outros segmentos do Estado vinham incentivando ou autorizando a vinda de termelétricas e outras instalações para essa região, o que deixava todos preocupados com os impactos que esses empreendimentos acarretavam; que estavam sendo enviadas mensagens ao Presidente do Comitê de Bacias e aos Secretários de Estado pedindo que se manifestassem em relação às políticas de governo que diziam respeito à região, para que se elaborasse um planejamento regional de modo a impedir que os investimentos dos empreendedores que chegavam não viessem a correr risco e também não colocassem em risco os outros empreendedores, as outras empresas, que já se encontravam instaladas na região; que o consórcio vinha defendendo, publicamente, esses impactos positivos, que, no seu entender, significava, não só aquelas medidas mitigatórias previstas na legislação, mas, sim, algo mais que pudesse ser aceito pela população, como qualidade de vida, pois todos concordavam com a idéia que crescer não era só desenvolver; que o consórcio estava atento para essas possibilidades,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

motivo por que participava de todas as discussões, principalmente quando se discutia a água, cuja situação, na região, era bastante complicada. Jonas Santa Rosa, vinculado ao Grupo de Defesa Ecológica, teceu as seguintes considerações: que considerava o Rio Piracicaba um córrego, porque, se se reparasse sua situação, se perceberia ter ele praticamente 6 metros de largura e menos de 1 metro de profundidade, tornando possível se enxergar a vegetação que se encontrava no fundo; que, além disso, a cor do rio oscilava do cinza para o preto; que, na região de Americana, em 33% dos dias do ano, não havia ventilação; que, em relação ao ruído, se estimava que a turbina deveria ter, mais ou menos, 4 metros de altura por 10 de comprimento e que sua potência corresponderia a umas dez turbinas de avião a jato de grande porte, e que iriam ser instaladas seis turbinas desse porte; que, diante desse quadro, era necessário analisar-se o EIA/Rima e se aprofundar essa discussão. Paulo Paixão, diretor de novas tecnologias do Sindicato dos Eletricistas de Campinas, teceu as seguintes considerações: que era preocupante a situação do setor energético, devendo-se adotar medidas que aumentassem a disponibilidade de energia, embora soluções como a implantação de Carioba II fossem extremamente complicadas; que, em primeiro lugar, se deveria levar em conta a aceitação ou não da comunidade, onde essas hidrelétricas estavam sendo implantadas; que o gás natural era muito usado nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Argentina, a Inglaterra, embora eles não possuíssem o potencial hídrico que o Brasil possuía; que era evidente que o gás era uma fonte de energia limpa e, sem dúvida, a instalação de empreendimentos que dele se utilizavam constituía um certo ganho ambiental, mas que, no Brasil, diferentemente dos outros países que se utilizavam de combustíveis pesados, o ganho ambiental advindo da utilização do gás não era tão grande assim, já que se tinha a alternativa de utilizar a água; que outro aspecto importante dizia respeito à tarifa, pois não se sabia o que iria acontecer com o preço desse gás importado da Bolívia e cotado em dólar; que esse tipo de empreendimento não gerava empregos, mas, sim, desemprego; que a proposta do sindicato que representava incluía propaganda educativa sobre a conservação de energia, o que geraria ganhos extremamente surpreendentes; que a CPFL havia elaborado um projeto de conservação de energia solar, o que poderia diminuir o déficit energético; que os convênios que a Unicamp vinha firmando com os empreendedores deveriam incluir os trabalhadores e os consumidores, de modo a possibilitar que a Unicamp tivesse uma posição isenta. José Alonso Marques, representante do Lions da cidade de Americana, fez os seguintes comentários: que existia um grande desequilíbrio de forças entre um grupo constituído pela Intergen, Shell e, como foi aventado, pelo Bradesco, pela Camargo Corrêa e por uma outra empresa cujo nome não se recordava, e o outro grupo do qual faziam parte ambientalistas, professores, alunos, estudantes e os cidadãos que viviam o cotidiano da cidade; que, naturalmente num empreendimento cujo valor era de 900 milhões de dólares, se havia investido na análise, no estudo e naquilo que os empreendedores chamavam de *business case*, e que, a seu ver, o empreendedor deveria igualmente investir num estudo de caso orientado para a sociedade, para que ela pudesse elaborar um contra-Rima que validasse ou ampliasse aquele por ele elaborado, mostrando os impactos que o empreendimento provocará; que sentia um enorme prazer em participar desse tipo de discussão, fato este que há vinte e cinco anos nem se imaginava que iria acontecer e que constituía um avanço da sociedade. Aurélio Cristiano Leal, representante da Comunidade de São Luiz, observou que a transformação de um recurso natural em energia sempre implicava perda para o meio ambiente e, conseqüentemente, malefício para o ser humano, que deveria sempre estar em primeiro lugar. Douglas Guzzo, representante da Associação Comercial e Industrial, do Lions Clube e da Maçonaria de Americana, teceu os seguintes comentários: que, com o crescimento do Município de 2,8% ao ano se iria precisar de mais 85 mil



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empregos; que, há vinte anos atrás, quando se projetou o Sistema Cantareira, o Conselho Estadual de Meio Ambiente defendeu a retirada de água da Bacia do Piracicaba, o que fazia com que, atualmente, a água que pertencia à população de Piracicaba alimentasse a Grande São Paulo; que o Ribeirão Quilombo, que atravessava o Município de Americana, possuía a mais alta concentração de poluição doméstica e industrial e o Consema nada fazia; que tinha pena da população de Sumaré, de Nova Odessa e de Hortolândia, que tinha de captar água no Rio Atibaia, poluído com o xixi e o cocô do campineiro, que nunca defendeu a população de Americana; que, além de possuir cabeças pensantes, a população de Americana sabia o que era bom e ruim para si, sabia com detalhes qual o consumo de água que tinha, o que era captado na rede de esgoto, o que acontecia com o Lago Azul, com a Praia Azul e com a represa de Salto Grande; que há vinte anos atrás, com muito sacrifício, o poder público municipal instalou uma estação de tratamento de esgoto, a única que existia em toda a bacia que abrangia quarenta e quatro Municípios, dos quais quatro eram mineiros; que era a população quem deveria resolver se o empreendimento era benéfico ou não, pois ela conhecia sua necessidade de emprego, conhecia sua projeção populacional e sabia que as indústrias que pretendessem se instalar no Município não poderiam utilizar o potencial hídrico; que, quando a Ripasa se instalou no Município, a população ficou vinte e cinco anos absorvendo os poluentes expelidos por ela e, conseqüentemente, tornando-se vítima de câncer, e que a Unicamp nunca tomou sua defesa, embora centenas e centenas de pessoas, além dessa doença, fossem atacadas por problemas respiratórios provocados pela fibra; que foi da população que, lentamente, modestamente, surgiram os primeiros líderes ambientalistas da cidade e conseguiram criar o Comdema, do qual foi o primeiro presidente, embora há mais de trinta anos se dedicasse à causa ambiental, falando da água, da poluição e dos problemas sociais; que os munícipes tinham capacidade intelectual, sabiam o que era melhor para o si, mas que, mesmo assim, Americana fora sempre dependente de Campinas, de Piracicaba, de Limeira e de Rio Claro; que se deverá analisar quais os pontos positivos e negativos dessa usina térmica, se se precisava realmente de energia, se sua implantação contribuirá para que o *quilowatt* ficasse mais barato, se trará receita para o Município, independentemente dos aspectos ambientais. Juan Antonio Moreno Sebastianes, vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas do Vale do Piracicaba, fez os seguintes comentários: que se preocupava com esse argumento de que se precisava instalar um certo número de termelétricas na região porque se precisava de mais energia, pois, assim como esse recurso era necessário, também o era a água, e todos sabiam que vinha ocorrendo racionamento de água em diversos Municípios, o que leva a crer que o problema da água era mais crítico do que o da energia; que outro ponto que não podia ser esquecido dizia respeito ao não-funcionamento de algumas usinas hidrelétricas por falta de manutenção e que, se elas forem colocadas em funcionamento e implantadas outras alternativas, como a co-geração de energia elétrica com o aproveitamento da palha e do bagaço de cana, talvez não venha a ocorrer um déficit de energia; que outro projeto que o governo deveria ter há muito tempo implantado era de racionalização do uso de energia, que incluía a conservação de energia, pois, se havia governo, sua função era planejar, não deixar as coisas acontecerem de maneira inadequada e, depois, enfiar de goela abaixo projetos que não eram bons para a população; que reconhecia que a termelétrica a gás natural era menos ruim do que aquela que queimava carvão e muito menos perigosa do que a usina nuclear, como aqueles absurdos que existiam em Angra dos Reis, mas que, mesmo assim, não se era obrigado a aceitar o menos ruim se se poderia conseguir o melhor; que era necessário, então, que se provasse que, com todas as alternativas mais corretas existentes, ainda se faziam necessárias as termelétricas, porque, se se provasse isso, se poderia começar a discutir quantas eram necessárias e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

onde se instalar essas termelétricas; que se defendia, para o Município, um desenvolvimento com qualidade de vida, pois não interessava crescer como um inchaço ou como um câncer, isto é, era importante que a população tivesse emprego, água e ar de boa qualidade, ótimas condições de vida, o que poderia ser favorecido com o desenvolvimento e a conservação do potencial turístico. Jonas Joaquim Godoi, membro da Comissão Municipal de Turismo e da diretoria da Associação Comercial e Industrial de Americana, teceu as seguintes considerações: que o Contur, já com seis anos de existência, vinha procurando levantar a bandeira do turismo, a utilização do potencial turístico que o Município possuía, mas que isso era inexecutável, porque o logradouro melhor que se tinha, a represa, já estava completamente poluído; que, como compensação pela instalação dessa usina, se poderia propor ao consórcio que carresse recursos para fora de Americana, para a cidade de Campinas, para que eles pudessem tratar seu esgoto, possibilitando que o Município de Americana usufrísse de uma água com melhor qualidade, mas que até agora não se sabia de nenhuma ação concreta visando a instalação de uma estação de tratamento de esgoto em Campinas, que, com certeza, era a maior poluidora da represa; que, se fossem tratadas as águas, talvez se pudesse utilizar de novo as praias do Município como lazer; que também propunha ao consórcio que abrisse sua usina para visitação, tornando-se assim possível a prática de um turismo pedagógico com a implantação de um parque, onde se poderia levar as crianças e os estudantes para aprender um pouco sobre geração de energia; que se poderia também restaurar o bairro Carioba para que os estudantes e, inclusive pessoas de outras cidades, tivessem a possibilidade de retroceder no tempo e saber como eram feitas as obras que geravam energia elétrica. Maria da Glória Silveira Neto, vinculada à Sociedade Amigos do Museu Prudente de Moraes de Piracicaba, teceu as seguintes considerações: que representava uma ONG que trabalhava com o patrimônio cultural e que participara de um seminário sobre energia e sobrevivência que mostrava a participação de empresas locais na implantação de projetos energéticos; que a ONG que representava era contrária à instalação desse empreendimento considerando que ele não explorava racionalmente os recursos naturais, não levava em conta os danos que provocaria no meio ambiente nem respeitava as culturas locais, embora seus responsáveis, em seus países de origem, alardeassem preocupações com o meio ambiente e com as comunidades atingidas pelos empreendimentos; que sua ONG era contrária a esse projeto também por considerar as várias dimensões da questão energética, embora no estudo e na explanação feitos aparecesse como predominante apenas o aspecto econômico; por considerar o desprestígio que o movimento ambientalista tem recebido do governo estadual, por considerar as informações divergentes contidas no RAP e a ausência nesse relatório de dados sobre os impactos decorrentes da implantação desse empreendimento no cenário regional, sobre as formas como os diferentes segmentos da sociedade serão atingidos e sobre a maneira como o movimento ambientalista acompanhará as solicitações da comunidade, suas relações com os empreendedores; que um vídeo, exibido no seminário acima referido, possuía informações sobre todos esses aspectos e quem desejasse uma cópia dele poderia solicitá-la. Kátia Delmonte, representante do Sindicato dos Trabalhadores de Saúde, fez observações sobre a necessidade de se pensar em saúde, em qualidade de vida e em lazer; que não era verdade que esse empreendimento gerará emprego, a não ser nos primeiros meses, ou seja, na fase da construção civil, e que, posteriormente, gerará entre quarenta e cinquenta empregos especializados, cuja mão-de-obra, com certeza, não será brasileira, e que era justamente essa questão que preocupava o sindicato. Marcos de Souza, representante da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente, fez as seguintes observações: que estava estupefato com o modo como a CPFL tratava, como evento isolado, cada um de seus empreendimentos, sem analisá-los no contexto que envolvia a presença de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

outros empreendimentos, cujos impactos se somavam, como se cada empreendimento não influenciasse o outro empreendimento e seus impactos não formassem uma ação conjunta; que a análise constante do RAP apresentava a Usina Carioba II de tal forma que não se conseguia cruzar os dados entre si, como bem ilustrava a justificativa da localização, cujas informações apresentadas a seu respeito davam ênfase unicamente ao aspecto econômico, sem qualquer perspectiva ambiental; que isso o preocupava porque esse relatório deveria ser um documento que fornecesse aos cidadãos informações sobre o entorno, para que a população soubesse se deveria ou não assumir os riscos que a implantação desse empreendimento envolvia, ou se desejava o tipo de desenvolvimento que ele representava; que, por essa razão, deveria ser apresentado um novo documento à população. Carlos Henrique de Souza Campos, representante da empresa de consultoria Souza Campos e Associados, fez as seguintes observações: que existiam algumas questões conceituais que haviam sido levantadas que precisavam ser esclarecidas; que essa audiência preliminar era uma clara demonstração de que o princípio da democracia, estabelecido pela Constituição Federal, estava sendo respeitado, pois todo segmento social estava sendo ouvido, as opiniões estavam sendo respeitadas, e esse era o preceito básico da audiência preliminar, aquilo que se convencionou chamar de princípio da precaução; que o termo "assédio" utilizado pelo Professor Figueiredo tinha sido mal empregado, porque aquilo que o empreendedor estava fazendo, até por imposição dos órgãos de licenciamento ambiental, era dar publicidade a sua intenção de se instalar na região, o que o levou a se utilizar dos meios de comunicação que julgou serem mais adequados; que não se tratava de um projeto de comunicação, mas de uma abordagem direta e objetiva, de acordo com o segmento abordado; que a opção sobre o caminho de desenvolvimento do Município de Americana deveria ser feita pela sua população e também pelos habitantes dos Municípios vizinhos, já que essa região vivenciava um processo de conurbação urbana, o que impedia cada Município de decidir isoladamente, pois se tinha de pensar na região como um todo; que se estava falando em um modelo de desenvolvimento que se pretendia, não só para a geração atual, mas também para aquelas que ainda viriam, e isso requeria a implantação de unidades de geração de energia, fosse termelétrica, fosse de qualquer outro tipo; que esse tipo de decisão não podia mais ser prorrogada e não se podia mais ficar discutindo só as questões técnicas, mas também políticas de desenvolvimento, que, querendo-se ou não, se encontravam colocadas e cuja legislação entrará em vigor a partir do próximo ano; que se tinha uma massa crítica de excluídos sociais em decorrência de um processo econômico extremamente maldoso, que fora implantado e cobrava de todos que estavam presentes, de uma maneira direta ou indireta, uma decisão; que não pretendia fazer apologia do projeto da termelétrica, pois a única coisa que pedia era que se começasse a pensar, pois a questão era séria e todos eram responsáveis, não só econômica, mas também socialmente, porque todos os que estavam presentes representavam um segmento, e cada um tinha de dar satisfação àqueles que representavam, fosse de maneira objetiva fosse com falácias; que a sugestão feita de que a elaboração do EIA/RIMA deveria ser feita com absoluta independência com relação ao empreendedor não era exequível por uma questão de legalidade, pois a legislação determinava que a empresa que elaborava o Estudo de Impacto Ambiental tinha de estar diretamente vinculada ao projeto e ao empreendedor, embora fosse descabido afirmar, por essa razão, que a empresa de consultoria responsável pela elaboração desse Estudo estava fazendo apologia do projeto. Waldemar de Oliveira, membro do Rotary Clube de Santa Bárbara d'Oeste, fez os seguintes comentários: que chamava atenção para um aspecto muito importante que havia sido levantado, que dizia respeito à cidadania, pois, no passado, quando não havia consciência disso, na calada da noite, muitos "monstrinhos" foram instalados no Brasil, como



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

usinas nucleares e hidrelétricas, que inundaram grandes regiões como Sete Quedas, uma das maravilhas da natureza, e que todos - professores e reitores - assistiram a tudo isso de "bico calado", totalmente submissos; que, como não era especialista, não sabia que impacto representavam, potencialmente, em termos de perigo, as usinas de Angra dos Reis, que tiveram, inclusive, o apoio da universidade que teve de cooptar ou ser cooptada pelo poder, que, então, a todos calava; que via nesse recinto, com alegria, muitas pessoas, algumas apaixonadamente, outras com discurso muito ideologizado, e outras com os pés no chão e com os olhos no futuro, com maior responsabilidade, posicionarem-se sobre esse empreendimento, e que assistir a tudo isso lhe dava a impressão de estar vivendo esse outro terço de sua vida em um outro país, e não no Brasil, onde sempre se foi obrigado a ficar calado diante de questões muito menos sérias do que essa; que chamava atenção também, porque se sentiu ofendido quando os ambientalistas, pessoas que admirava muito e que aprendera a respeitar, afirmaram, a exemplo do que faziam aqueles que estavam no poder alguns anos atrás, que só eles eram patriotas, só eles podiam falar em nome do civismo, em nome da pátria, pois os demais eram apenas cidadãos comuns e, como tal, não tinham de discutir uma questão importante que tinha a ver com o futuro dos seus filhos; que os ambientalistas mereciam todo o respeito, e o tinham, mas deveriam cuidar para não exacerbar e nem desautorizar os demais, pois, ao final dessa audiência, palavras muito sábias foram proferidas por pessoas que não eram ambientalistas, mas, sim, pessoas cultas, intelectuais, e, mesmo assim, simples, que mostraram, com propriedade, que estavam preocupadas e comprometidas com as condições do planeta e, conseqüentemente, com a qualidade de vida da população, e não apenas com uma ou duas cidades, ou se elas se localizavam a montante ou a jusante do rio; que isso mostrava que, independentemente da área em que atuavam, existiam bons profissionais, e que ele mesmo havia sido procurado, como a maioria dos presentes, pelo consórcio, mas que estava presente na reunião porque recebeu um convite da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; que se tinha que exigir que esse estudo fosse aprofundado, pois, mesmo se tratando de um relatório ambiental preliminar, ele carece de maiores informações, porque, apesar de ser leigo na área, percebeu que não dava para fazer nenhum tipo de avaliação séria a partir dos dados nele contidos. Carlos Bocuhy, representante da entidade ambientalista SATS, teceu as seguintes considerações: que, em primeiro lugar, deixava claro que, de acordo com o Artigo 6º da Deliberação Consema 50/92, as audiências públicas ocorriam com a participação de membros titulares e suplentes do Conselho Estadual do Meio Ambiente; que era conselheiro, pois fora indicado pelo Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, como também o eram os representantes da Sociedade Ecológica Amigos do Embu e do Instituto de Pesquisa Ambiental de Louveira, Dorival de Moraes, e André Queirós de Guimarães, respectivamente, que estavam presentes nessa audiência e que, como ele, não haviam sido empossados, isto é, haviam sido eleitos mas não empossados, por ingerência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; que a ausência dessa representação ameaçava a validade de qualquer ato do Conselho, tornando-o sujeito à anulação judicial; que solicitava que, enquanto estivesse falando, fosse apagada a publicidade da usina, porque se tratava de uma propaganda subliminar; que o planejamento energético brasileiro sempre foi feito à revelia, sem a participação da sociedade brasileira; que o que ocorreu ao longo desses anos de formação da sociedade e da cultura brasileira foi um planejamento do setor de energia sem que a sociedade participasse do processo, motivo por que ocorreram alagamentos absurdos de áreas como aquele que ocorreu com a implantação de Porto Primavera, um verdadeiro desastre ambiental, o que fez com que o Consema exigisse que a CESP adotasse algumas medidas que minimizassem o passivo ambiental que a implantação de hidrelétricas, como essa, deixaram como rastro; quando se pensava em uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

troca da matriz energética, isto é, que a geração de energia deixasse de ser feita por hidrelétrica para ser feita pelas usinas termelétricas, não se podia repetir o mesmo erro da falta de planejamento; que o impacto causado com o alagamento de grandes áreas era muito similar ao impacto provocado pela apropriação de bens indisponíveis da coletividade como o ar e a água; que o gás natural, apesar de ser uma alternativa limpa, gerava um enorme impacto pela queima desse produto num volume excessivo e também pelo uso excessivo da água, e que, utilizando-se dessa forma esse produto, se estava cometendo erro similar àquele praticado com a implementação do setor hidrelétrico; que, embora se enaltecesse a energia limpa, a queima do gás natural, com o argumento de que, com seu uso, não se repetiriam os erros cometidos pelo setor energético, o governo estava igualmente incorrendo na falta de planejamento, o qual não só tinha de ser feito como também a sociedade dele deveria participar; que qualquer xenofobia no sentido de tentar cercar Americana com uma muralha ou com uma cúpula de modo a preservar a atmosfera só para essa cidade era uma absoluta bobagem, porque o ar e a água eram livres e, dependendo da direção dos ventos, a pluma de poluição atingiria até mesmo a cidade de São Paulo, o mesmo ocorrendo com os recursos hídricos, pois o comprometimento da bacia hidrográfica atingia toda a região; que não fora previsto nesse projeto a refrigeração a seco, embora ela fosse possível, e que perguntava por que não se trocava a queima de óleo na usina Carioba I, por gás natural, o que contribuiria para a melhoria da qualidade ambiental da região; que, com relação à criação de emprego na região decorrente da instalação dessas usinas, todos sabiam que energia elétrica vinha por fio, enquanto a água vinha por duto, e que a instalação de usina não gerava emprego, mas, sim, a piora da qualidade ambiental; que qualquer indústria responsável, para se instalar, tinha de verificar se existia na região qualidade ambiental, pois ela não iria desejar que seus funcionários tivessem problema de saúde; que não se podia explorar a situação de miserabilidade do brasileiro, pois emprego era necessário, sim, mas não à custa da saúde pública, ao preço de uma emissão de gás num volume como o previsto por essa usina; que, se o setor energético quisesse discutir pequenas usinas termelétricas de baixo impacto, localizadas ao longo do gasoduto, as entidades ambientalistas se sentariam com os representantes desse setor à mesa, mas discutir a construção de grandes usinas, em áreas onde a capacidade de suporte ambiental era questionável, não contará com os ambientalistas, e não por eles serem xiitas ou algo parecido, mas, simplesmente, porque defendiam a saúde pública e os interesses difusos da sociedade, inclusive os interesses de quem ainda não havia nascido; que, quando se sobrecarregava uma região, quando se rompia com sua capacidade de suporte em qualquer parâmetro, se provocava a morte dessa região, como aconteceu com Cubatão e estava acontecendo em Paulínia; que, se não se tinha clareza sobre a capacidade de suporte da região, uma tomada de decisão pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo movimento ambientalista era inadmissível, porque ela exigia clareza acerca dos elementos capazes de garantir que a região comportava a dispersão de poluentes; que, apesar de reconhecer que essa audiência não tinha validade legal, não podia deixar de tecer essas considerações. Passou-se à etapa em que as pessoas se pronunciam em nome pessoal. José Eduardo Coienca expressou os seguintes pontos de vista: que era morador do Parque das Nações e trabalhava na Morada do Sol e que, assim que tomou conhecimento de que esse empreendimento iria ser implantado na região, juntamente com outros companheiros, deu uma caminhada pelo bairro, o que lhe possibilitou reconhecer que o local escolhido para sua instalação era perto da Fibra, onde, há uns dois anos atrás, havia placas proibindo a entrada de pessoas, pois ali foram depositadas toneladas e mais toneladas da borra da Fibra; que, além disso, o trecho do Rio Piracicaba localizado nessa área se encontrava assoreado por uma obra de desvio da Fepasa que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

provocou um aterro imenso; que perguntava quem deveria ser responsabilizado por esse crime ambiental praticado no Rio Piracicaba silenciosamente, sem ninguém perceber, sem ninguém ver, o que fazia com que esse rio, quando enchia, provocasse acidentes com embarcações, que ficavam atoladas naquele monte de terra; que solicitava que o Consema tomasse as devidas providências para que fosse responsabilizado aquele que cometeu esse crime ambiental; que alertava para o fato de que, se essa usina viesse a provocar intensa movimentação de terra em cima dos dejetos industriais da Fibra e se essa movimentação coincidissem com uma temporada de chuva, esses dejetos desembocariam no rio; que sabia que as chaminés dessas usinas mediriam quarenta metros de altura e que, com a localização da usina num terreno abaixo do seu bairro, os gases saídos dessas torres, quando o vento estivesse soprando em direção ao bairro, chegariam até ele e seus moradores, fazendo com que, praticamente, tomassem um banho de material particulado numa quantidade de dez mil toneladas por dia; que, por este motivo, os moradores do bairro estavam muito preocupados e a empresa responsável pela usina estava querendo fazer um pacto social, obrigando-se, por meio dele, a atender às solicitações dos moradores; que a proposta dos moradores era reivindicar a implantação de um hospital de oncologia infantil lá na Morada do Sol, porque, com certeza, ocorrerão muitos problemas dessa natureza; que existia, nessa região, o Córrego da Gruta, na frente do qual se localizaria o empreendimento, e também um outro córrego, que nascia no Tiro de Guerra, motivo por que a Câmara Municipal de Americana deveria apresentar projeto de lei declarando essa área como de proteção de mananciais. Antonio Duzzi expôs os seguintes pontos de vista: que era apenas um cidadão americanense exercendo sua cidadania ao expor seus pontos de vista; que fazia parte de um grupo de defesa ecológica e que lamentava a transformação pela qual passou o Rio Piracicaba, que já tinha sido um rio digno, inclusive nas trovas e versos dos cantadores sertanejos, que o tornou conhecido no Brasil através da música sertaneja, e que atualmente era um lixo, pois, quando o descia, sentia uma enorme pena dele; que obtivera, por meio da Internet, a informação de que as usinas termelétricas implantadas nos Estados Unidos eram responsáveis por quase 65% do óxido de enxofre lançado na atmosfera e que o solo dos Montes Apalaches apresentavam uma acidez dez vezes maior do que a da área vizinha com menor altitude; que, no Brasil, uma usina termelétrica no Rio Grande do Sul provocou a formação de chuva ácida no Uruguai e que, em 1982, o Canadá havia reclamado que a chuva ácida gerada pela poluição americana havia causado a morte de todos os peixes de 147 lagos da Província de Ontário e estava dizimando o cardume de salmão da Nova Escócia; que dava conhecimento dessas informações para que ninguém esquecesse que tudo o que feria a terra feria também os filhos da terra. Isaias Brugneroto expôs os seguintes pontos de vista: que a Comgás, a CPFL, a Shell e a Intergen já passaram no rosto a película fina e ilusória que escondia o monstro que eles queriam instalar no Brasil; que um escritor chamado Cappra escreveu que a sociedade ocidental estava em crise, uma vez que os cinco pilares básicos que sustentavam a sociedade, estado, igreja, família, trabalho e educação, ameaçavam ruir; que, se se permitisse que essa usina se instalasse em Americana ou em qualquer outra cidade do Brasil, se estaria vendendo o País, pois se estaria vendendo seus recursos naturais. João Manoel Del’Avecchia fez os seguintes comentários: que se havia lutado para retirar algumas indústrias do Município com o intuito de se melhorar sua qualidade de vida e que, portanto, não se iria consentir que essa fosse instalada; que, no Primeiro Mundo, se instalavam termelétricas porque lá não havia outros recursos, outras alternativas, mas que não interessava ao Brasil instalá-las, porque, além de não ser o modelo brasileiro, existiam no País outras soluções; que o modelo brasileiro era aproveitar esse dinheiro que se iria mandar para os britânicos e com ele construir-se fazendas energéticas, fossem à base de eucalipto ou de qualquer outro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

recurso, consorciar essas fazendas com outros tipos de cultura e empregar nelas os sem-terra, oferecendo-lhes meios para que produzissem, pois não se podia continuar com esse pessoal deslocado, e essa era uma oportunidade histórica. Vitor Manoel Martins Coelho fez os seguintes comentários: que era muito oportuno esse debate, ouvir todos os pontos de vista, favoráveis e contrários à instalação dessa usina, pois não se podia aceitar certas inverdades; que entendia de saneamento básico e que, bem ou mal, todo mundo precisava ter luz em casa, pois a tendência era que a qualidade de vida do povo melhorasse com o uso do computador, do microondas, do ar condicionado e de outros confortos que há vinte anos não se imaginava usufruir, os quais exigiam o emprego de energia; que a usina a gás natural, até que se provasse o contrário, era o recurso para a produção de energia que menos impacto ambiental causava; que, além disso, a usina termelétrica traria benefício para o rio com o tratamento dos efluentes que nele eram jogados; que também concordava com a necessidade de os empreendedores "bancarem" um programa de redução das perdas de água, que hoje era altíssimo, pois, na época em que trabalhou no DAEE, chegou-se a um valor astronômico de 38% de perda só no processo de tratamento, sem levar em conta a que ocorria na rede de distribuição, e que esse valor foi reduzido a 18%; que se poderia implantar um programa capaz de reduzir 40% das perdas que ocorriam na tubulação; que, se isso for conseguido dos empreendedores, se contaria com uma medida compensatória muito relevante. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Consema, quando o Prof. Mohamed, representante da Unicamp, teceu as seguintes considerações: que todos os que estavam presentes, todos que falaram, todos que pretendiam falar, defendiam certos princípios, como o meio ambiente, o desenvolvimento, a economia e a saúde; que havia sido apresentado, pelo empreendedor, um documento que falava sobre impactos positivos no ar e na água sem que oferecesse nenhum dado, nenhum número sobre essas duas questões; que, em relação ao ar, foram apresentados números sobre a emissão atmosférica de óxido de nitrogênio, monóxido de carbono, óxido de enxofre e particulados, somando essas emissões, ao todo, 33 gramas por segundo, cujo total seria 2.880 quilos por dia; que, dividindo esse total pelos 180 mil habitantes do Município de Americana, caberia para cada habitante uma cota de 20 gramas de poluentes por dia, seiscentos gramas por mês e mais de sete quilos por ano; que, com base nos dados oferecidos pelo empreendedor, esse seria o impacto positivo no ar; que, acerca do impacto positivo na água, também com base nos números oferecidos pelo empreendedor, ocorreria uma perda de água, entre o consumo e a perda desse recurso, de aproximadamente 800 ou 900 metros cúbicos por hora, o que corresponderia, mais ou menos, a 45% do consumo da cidade de Americana; que há dois ou três meses atrás foi apresentado um estudo, elaborado pela Unicamp, mostrando que haverá escassez de água na região com certeza durante 13 dias, no mínimo, por ano; que, se somarem esses fatos, ficavam claros os impactos "positivos" que esse projeto provocará na água; que o dado por ele fornecido sobre a reutilização desse recurso não constituía nenhuma novidade, uma vez que a água que o morador de Campinas recebia na torneira que bebia já havia passado por oito bocas, por oito barrigas, pois o tratamento de água de esgoto acontecia em todas as cidades e, portanto, tratá-la e reenviá-la não constituía nenhum benefício advindo da implantação desse projeto; que um comportamento ético implicava fornecer informação correta, não enganar ninguém e ser sincero na apresentação dos dados; que imaginava que o empreendedor se utilizava da estratégia de conhecer as nossas dúvidas para ganhar tempo, mas que, no entanto, ele teve pouca sorte, porque a população ainda estava sofrendo as dores da TPP; que o empreendedor deveria investir mais no EIA/RIMA, deveria investir mais em avaliações mais aprofundadas e abrangentes para que na próxima audiência pública pudesse apresentar dados mais consistentes; que, apesar das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dimensões do projeto, o RAP apresentado era muito superficial e fraco, não sustentava a discussão de uma audiência, e que, portanto, essa audiência preliminar não deveria ter acontecido nesse momento, principalmente pelo fato de a população não ter sido esclarecida sobre a decisão da TPP, o que se pretendia com esse empreendimento, se ainda iria ser implantado em Paulínia, qual a estratégia que, para tanto, os empreendedores utilizariam, ou se apenas pretendiam cansar a sociedade civil realizando uma audiência pública atrás da outra com o propósito de desgastar esse procedimento; que, se for essa a estratégia, ficava bastante triste, pois seu desejo era que os debates democráticos continuassem ocorrendo. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Pedro Álvaro Salvador, Vereador do Município de Americana, teceu as seguintes considerações: que Vítor Coelho não havia sido escolhido pela Câmara Municipal para falar em nome do Colegiado, motivo por que seu discurso defendendo a implantação desse empreendimento na cidade não deveria ser considerado como a opinião dos vereadores, e, sim, como seu ponto de vista particular; que fosse observada a desigualdade dos recursos utilizados pelos empreendedores e pelos ambientalistas; que a Câmara Municipal de Americana tinha o dever de se manifestar com relação a um empreendimento dessa envergadura, mas que dificilmente uma comissão especial de estudos seria instalada por ela, uma vez que as forças políticas da cidade haviam sido submetidas a inúmeros outros recursos persuasivos de convencimento; que a população não estava completamente a par de tudo o que envolvia o empreendimento, ao contrário do que disseram os empreendedores em seus discursos; que o discurso de aproximação com a sociedade que a CPFL adotava era bem duvidoso, uma vez que essa empresa vinha fechando escritórios e demitindo funcionários em várias cidades ao redor do Município de Americana, inclusive nesta cidade; que um projeto desse porte exigia uma ampla campanha de esclarecimento à população; que deveria ser apresentado um estudo conclusivo a respeito do impacto que a chuva contaminada por metais pesados causaria tanto na saúde humana quanto na produção agropecuária da região, uma vez que a água do Rio Piracicaba, carregada de efluentes industriais, seria utilizada para resfriamento das turbinas e que aproximadamente 75% dessa água evaporar-se-ão após o resfriamento, precipitando-se em forma de chuva; que um outro estudo sobre o impacto dos gases emitidos pela termelétrica (CO₂, CO, SO₂, NO_x, hidrocarbonetos e material particulado) deveria ser apresentado, uma vez que a frota veicular de Americana e o parque industrial desse Município emitiam variados tipos de gases (monóxido de carbono e sulfetos), tornando-se necessário saber-se quais os efeitos nocivos da mistura de todos esses gases tóxicos para a saúde humana e para a atmosfera da região. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Fernando Vaz Pupo, Secretário de Planejamento e de Controle do Meio Ambiente de Americana e, nesta audiência pública, representante do Prefeito desse Município, Valdemar Tebaldi, teceu os seguintes comentários: que a questão do empreendimento, por sua complexidade, exigia um estudo profundo de todas as partes envolvidas; que o tema apresentava aspectos técnico-científicos, cujas conseqüências, negativas ou não, preocupavam toda a sociedade, não só a de Americana, mas de toda a região; que, por haver um forte laço integrativo ligando Americana aos demais Municípios da região metropolitana em que se inseriam, alguns problemas do empreendimento deveriam ser resolvidos em âmbito regional, e não apenas local; que nos anos de 1978, 1979 e 1980 foi desenvolvido um projeto de parceria entre a prefeitura local e um empreendedor, com o objetivo de se construir uma estação de tratamento de esgotos, cujos resultados foram excelentes; que a poluição hídrica era um problema metropolitano e o Município de Americana, com quase 100% de esgotos tratados, não havia contribuído para poluir os Rios Quilombo e Piracicaba, ao contrário de outros Municípios locais, que não possuíam programas para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tratamento de esgotos e nem eram obrigados ou ajudados pelo Governo Estadual e/ou Federal a ter tais programas; que a região de Campinas, por concentrar 25% dos investimentos do Estado de São Paulo, deveria tomar cuidado com as conseqüências que alguns empreendimentos poderiam acarretar; que a excelente qualidade de vida da cidade de Americana, atestada por diversos órgãos competentes, não podia ser maculada por qualquer empreendimento danoso; que não se podia desprezar empreendimentos que contribuíssem para o crescimento econômico da região; que, se depois de exauridos os debates, a implantação da termelétrica se revelasse viável e salutar, ela seria bem-vinda na região; e que cabia aos empreendedores a tarefa de municiar, com estudos e pesquisas, todas as partes envolvidas na questão, para que as dúvidas tocantes ao projeto fossem dirimidas e, assim, se pudesse decidir sobre a viabilidade ou não do empreendimento. Sérgio Castro, representante do Departamento de Meio Ambiente do Município de Campinas, fez os seguintes comentários: que a atual administração tinha feito gestões junto ao sistema financeiro, BNDS e Caixa Econômica Federal, a fim de arrecadar recursos para o programa de tratamento de esgotos, principalmente nas duas bacias mais importantes, Córregos Anhumas e Piçarrão; que, no entanto, essas gestões não foram bem-sucedidas, uma vez que o governo federal condicionava a liberação de recursos à privatização da empresa municipal, o que não era interessante para a cidade; que, por este motivo, não havia caixa disponível para obras fundamentais como essa que abarcaria cerca de 70% dos efluentes lançados; que o aumento do fornecimento de energia elétrica era muito importante para a qualidade de vida da região, e que o Departamento de Meio Ambiente de Campinas confiava, absolutamente, no discernimento da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, possuidora de excelentes técnicos que saberiam nortear todo o desenvolvimento desse empreendimento, a fim de se evitarem quaisquer prejuízos para a região; que o questionamento feito anteriormente sobre a perda de 400 litros por segundo pela bacia era incipiente se comparada à perda de 33 mil litros por segundo provocada, conscientemente, pela Sabesp através do Sistema Cantareira, sem que, em contrapartida, o Município de Americana recebesse qualquer espécie de pagamento pelo uso desta água; que a iniciativa privada deveria ser estimulada na região, uma vez que os recursos trazidos por ela talvez se fizessem necessários, num futuro próximo, para a captação de água em outras bacias. Passou-se à etapa das réplicas, na qual, inicialmente, o representante do empreendedor, Wilson Ferreira, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que os empreendedores tiveram a preocupação de oferecer uma boa visualização da audiência tanto dentro quanto fora do auditório onde ela se realizava, tornando disponível o maior número de informação possível; que, além desse esforço, se comprometiam intensificar o processo de comunicação com a comunidade, para que todas as dúvidas fossem devidamente esclarecidas, evitando-se pré-julgamentos inadequados a respeito da usina; que o setor energético nacional vinha evoluindo gradativamente, acompanhando as evoluções tecnológicas internacionais; que essa evolução permitiu que as lâmpadas consumissem atualmente muito menos energia do que há vinte anos; que, paralelamente a essa evolução, existiam exemplos de falta de eficiência e destruição do meio ambiente como a Usina Hidrelétrica de Balbina, que produzia apenas um centésimo da produção da Usina de Itaipu; que, apesar de todo o esforço que o governo vinha fazendo há mais de quinze anos com o propósito de racionalizar o uso da energia, o consumo vinha crescendo anualmente, devido ao aumento da população, o que determinava a necessidade de geração de energia, principalmente levando-se em conta que a capacidade hidráulica de Estados como São Paulo e Rio de Janeiro estavam se esgotando; que o gás natural a ser utilizado pela usina termelétrica seria também usado pelas indústrias, gerando baixíssimos impactos no meio ambiente, por se tratar de um combustível mais limpo; que a presença do gasoduto iria garantir a geração



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

térmica de energia; que a empresa se comprometia a gerar impactos positivos na região e que, se eles não fossem devidamente demonstrados no EIA/RIMA, a usina não seria mais instalada nessa região; que considerava fundamental a participação da Unicamp e das outras universidades da região, por meio do acompanhamento e da análise dos estudos, o que conferiria maior transparência ao empreendimento; que, de acordo com as manifestações ocorridas, havia um certo desconhecimento de várias partes, mas que deveria prevalecer a razão em vez da emoção, norteados os ajustes a serem efetuados. O Eng^o Alderico José Marchi, representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que o Relatório Ambiental Preliminar, entregue à SMA no mês de março, era apenas um documento preliminar que se baseou em dados disponíveis e secundários; que, assim sendo, não permitiria se chegar a um termo sobre a sustentabilidade ou não do empreendimento; que foi exatamente essa falta de conclusão que apontou para a necessidade de elaboração do EIA/RIMA; que, pelas perguntas levantadas, lhe parecera que as pessoas não haviam sequer lido o próprio RAP, o que constituía a exigência mínima para se participar dessa audiência, pois a maioria das questões levantadas poderia ser respondida com uma breve leitura desse relatório; que a equipe se encontrava à disposição para maiores esclarecimentos, tornando disponível, inclusive, uma *home page* com informações sobre o empreendimento. André Queiroz Guimarães, representante de entidade ambientalista, teceu os seguintes comentários: que a leitura do texto “sabemos que o homem branco não compreende nosso modo de ser, uma porção da terra para ele representa o mesmo que a próxima, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo que necessita”, escrito por um índio norte-americano, em 1954, o fez lembrar o clássico "*Raízes do Brasil*" escrito por Sérgio Buarque de Holanda, que tratava não só da questão agrária, mas também do desenvolvimento do País, do descomprometimento do colono em relação à terra, no século XVIII, apesar das técnicas que importara da Europa; que, desde aquela época, existia a mentalidade de que floresta boa é aquela que se encontrava cortada no chão; que, traçando um paralelo com o empreendimento em questão, se estaria apenas mudando a tecnologia, pois não existia qualquer apego às questões sociais, locais e regionais; que, segundo o relatório produzido pelo comitê de bacias, a percepção das condições atuais do rio se daria até mesmo visualmente e que a capacidade de suporte da região deveria ser levada em conta; que as suposições de que o empreendimento poderia gerar impactos positivos na região eram pura elocubração, sem qualquer embasamento técnico, dada a inexistência até mesmo de rede de medição da qualidade do ar da região; que indagava por que os empreendedores sempre escolhiam áreas em regiões altamente saturadas; que lamentava tivesse o relatório do conselho gestor da bacia sido produzido pela mesma empresa de consultoria contratada pelo empreendimento, tutelando, desse modo, as pretensões da Shell e da CPFL. Carlos H. Bocuhy, representante de entidade ambientalista, teceu os seguintes comentários: que parabenizava a consultoria do empreendimento pelo fato de ter selado o compromisso de respeitar o aprofundamento dos estudos e, somente depois de sua conclusão, tomar uma decisão sobre a instalação ou não da usina, numa demonstração de respeito à comunidade local; que o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente deveria recusar a continuidade do processo, evitando, assim, que o empreendedor perdesse tempo e dinheiro com a elaboração de um EIA/RIMA, considerando-se a absoluta rejeição desse projeto pela comunidade local; que a CPFL deveria, estrategicamente, recuar e ceder à manifestação da sociedade, mas que, se mesmo assim quisesse assumir os riscos e ir até as últimas consequências, dificilmente conseguiria provar a viabilidade ambiental do empreendimento; que o empreendedor não poderia ser responsabilizado pela falta de planejamento do País, mas também não poderia tomá-lo nas mãos,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

escolhendo a alternativa locacional que lhe conviesse; que era necessário realizar-se uma análise aprofundada de algumas questões como matriz energética brasileira e zoneamento ecológico-econômico; e que desde já aconselhava o empreendedor a recuar e a procurar outra alternativa locacional. O Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, fez os seguintes comentários: que lamentava que a representação das entidades ambientalistas ainda não houvesse sido designada devido ao impasse criado, o que esperava fosse logo superado; que, no que diz respeito às indagações feitas sobre a legalidade da audiência pública, esclarecia ter sido ela convocada nos termos da Resolução Conama 09/87 e da Deliberação Consema 50/92, mas que isso não impedia que qualquer um a considerasse ilegal e, por esse motivo, recorresse ao fórum competente e entrasse com pedido de declaração de sua ilegalidade; que, em relação ao fato de se pronunciarem, no espaço destinado às entidades não-governamentais, representantes de outros segmentos da sociedade civil ou até mesmo de empresas, demonstrava que a Deliberação Consema 50/92, que regulamentava as audiências públicas, provavelmente se encontrava defasada, não prevendo que a sociedade era muito mais complexa, detentora de muito mais segmentos do que aqueles que nomeou, o que terminava por obrigar a todos que compareciam e que desejavam falar, não em nome próprio, mas representando entidades da sociedade civil das mais diversas naturezas, a se inserir nessa etapa; que isto não significava, entretanto, que indústrias ou empresas particulares falassem, nessa oportunidade, em nome do segmento ambientalista; que, felizmente, as entidades ambientalistas continuavam cadastradas e se fizeram presentes, e muito bem representadas; que, no que concernia à capacidade de suporte da região, levaria as preocupações reveladas na audiência sobre esse aspecto ao coordenador do Grupo de Trabalho responsável por esse estudo, cuja elaboração estava sendo acompanhada pelo Consema. E, depois de constatar terem sido seguidas todas as etapas da audiência, em nome do Secretário do Meio Ambiente, Deputado Ricardo Tripoli, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS-ARP